BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, A QUEM SERVE? O ESTADO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA

Autoria: Osvaldo Barreto Oliveira Junior - - -

Resumo: Nesta segunda década do século XXI, a Secretaria da Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação do Brasil mobiliza esforços para construir uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a pretexto de renovar e aprimorar a educação básica, sinalizando percursos de aprendizagens aos estudantes dessa etapa do processo de escolarização. Na área de Língua Portuguesa, a proposta da BNCC, que ainda se encontra em processo de elaboração, enfatiza a necessidade de que a escola possibilite o desenvolvimento discursivo dos estudantes, pela vivência, aprendizagem e compreensão de práticas de linguagem, de forma contextualizada, incentivando-os a (re)conhecer as relações entre os usos da língua e os campos de atuação humana. Para isso, apresenta os objetivos da aprendizagem da Língua Portuguesa em cinco eixos: apropriação do sistema alfabético de escrita, oralidade, leitura, escrita e análise linguística. Neste artigo, desenvolvemos análise do referido documento (segunda versão divulgada pela SEB), a fim de desvendar, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, as relações entre a política de ensino de língua materializada na BNCC e a história das ideias linguísticas. Nesse sentido, consideramos que, embora dialogue com ideias linguísticas contemporâneas e inovadoras, a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular não está a serviço da formação de sujeitos livres, plurais, criativos e linguisticamente competentes, mas sim de um Estado que pensa o ensino de língua como meio de consolidação de objetos de ensino que automatizem a formação de subjetividades dóceis, para que, assim, a escola cumpra o seu papel de formar cidadãos adaptados ao sistema sociopolítico e econômico vigente.